RELATÓRIO INICIAL

PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCO (PMRR)

PREFEITURA DE Tangará
Com trabalho, vamos ainda mais longe!

RELATÓRIO INICIAL – PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCO (PMRR)

MUNICÍPIO DE TANGUÁ	
DATA:	16 de maio de 2025

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste no planejamento das atividades e produtos que serão desenvolvidos ao longo da consultoria técnica firmada para elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR.

Seu escopo é a apresentação do planejamento para a execução de diretivas de mitigação dos riscos socioambientais, identificando os locais suscetíveis a riscos, definindo as etapas de trabalho e a metodologia detalhada da proposta para a identificação das áreas de risco existentes no Município.

1- PLANO DE TRABALHO

1.1 Introdução

O Plano Municipal de Redução de Riscos de Tanguá (PMRR), é um Plano Setorial, dentro do Ministério das Cidades, para planejar ações de mitigação de risco, seja geotécnico e hidrológico, de forma a identificar e definir projetos e sua execução no orçamento do Município, além de garantir recursos para sua viabilidade.

O Ministério das Cidades é um órgão do Poder Executivo Federal criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para formular, coordenar e implementar políticas públicas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico, mobilidade urbana e infraestrutura urbana, que antes estavam dispersas entre diferentes órgãos do governo federal.

Este órgão institui diversos programas importantes que fomentam o desenvolvimento de projetos dentro dos municípios, ajudando a coordenar o planejamento das cidades.

Promove a articulação e coordenação de políticas de: Habitação, Saneamento básico, Mobilidade urbana, Planejamento urbano e Regularização fundiária.

Nesses 20 anos, o ministério se consolidou com a implantação de políticas nacionais de desenvolvimento urbano, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e a gestão da Caixa Econômica Federal.

Também pode acessar recursos de organismos multilaterais para projetos estruturantes: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); Banco Mundial e Agências de cooperação técnica (ex: GIZ, ONU-Habitat). Esses recursos financiam: obras de habitação popular (Minha Casa, Minha Vida); saneamento básico (água, esgoto, drenagem); mobilidade urbana (corredores de ônibus, ciclovias, VLTs); e apoio técnico e financeiro a municípios.

Dentro dessas políticas, formalizou-se os Planos Setoriais e Fundos Nacionais de Habitação e Saneamento, além dos Conselho das Cidades, o ConCidades a nível nacional (criado a partir do Estatuto das Cidades), que define os instrumentos da política urbana e incentiva a criação de conselhos nas instâncias Estaduais e Municipais para promover a gestão democrática da cidade.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC) formalizou este plano setorial (PMRR) como instrumento da gestão de riscos e desastres, por meio da Lei nº 12.608/2012, artigo 22, que o cita como “plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre”, relacionado às responsabilidades dos municípios na elaboração do mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. No entanto, a origem dos trabalhos para formulação do PMRR é anterior à PNPDC.

O programa implantado pela extinta Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), integrante do Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, do Ministério das Cidades, foi criado para tentar minimizar os problemas decorrentes das ocupações irregulares em áreas consideradas de risco.

A publicação pelo Ministério das Cidades do livro “Prevenção de Riscos de Deslizamentos em Encostas: Guia para Elaboração de Políticas Municipais” (BRASIL, 2006) e, em 2007, consolidou a metodologia do mapeamento de risco qualitativo por meio da publicação do livro “Mapeamento de Riscos em Encostas e Margens de Rios”, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

Embora não exista no Brasil uma definição do número total de famílias que vivem em favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares, loteamentos clandestinos, cortiços, ocupações de áreas públicas sob pontes, viadutos, marquises e nas beiras de rios, é possível afirmar que este quadro está presente na maior parte das cidades brasileiras. Estes assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis. São as chamadas "ocupações em áreas de risco" - frequentes cenários de tragédias em períodos chuvosos.

Através desta proposta do Governo Federal, pretende-se melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzirem riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade, com a definição das prioridades e estratégias necessárias para evitar a ocorrência de mortes durante os períodos chuvosos mais intensos.

A prevenção dos acidentes associados a deslizamentos de encostas e alagamentos deve fazer parte da gestão do território e da própria política de desenvolvimento urbano da cidade. Por outro lado, a urgência de estratégias de adaptação às mudanças climáticas, que se intensificam a cada dia, requer olhares, políticas e gestões articuladas para a construção de uma "cultura de segurança" (WARNER, 2018).[i]

O processo de elaboração e de implementação do Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de TANGUÁ -Ação: Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos, será conduzido pelo Poder Executivo, com a participação da sociedade civil, com as diretrizes e determinações nele contidas que se tornarão realidade, dando ao Município a condição de identificar as áreas de risco associados à questão da inadequação das condições de ocupação do território, da falta de infraestrutura, incentivando a participação e controle social, com envolvimento das comunidades nas áreas de risco e consequentemente possibilitando um maior controle no uso e ocupação do solo urbano.

Entende-se aqui por risco (R) a probabilidade (P) de ocorrer um acidente associado a um determinado perigo ou ameaça (A), que possa resultar em conseqüências (C) danosas às pessoas ou bens, em função da vulnerabilidade (V) do meio exposto ao perigo e que pode ter seus efeitos reduzidos pelo grau de gerenciamento (g) administrado por agentes públicos ou pela comunidade.

Ou seja: R = P (f A) * C (f V) * g -1

Em geral o alto índice de riscos ocorre nas áreas de assentamentos precários, em função de sua alta vulnerabilidade, causada em geral pela localização inadequada da ocupação, pela ausência de infraestrutura urbana (drenagem, pavimentação, saneamento) e de serviços básicos (coleta de lixo, redes elétrica e hidráulica, etc.) e pela degradação do ambiente associada a tipos diversos de riscos ambientais que podem ser registrados.

1.2. Dados do Município

O município de Tanguá tem sua sede municipal nas seguintes coordenadas: 22°43'45" Latitude Sul e 42°42'51" Longitude Oeste, compreendendo uma área total de 142,529 km², que está subdividida apenas no Distrito Sede de Tanguá (IBGE, 2019). Faz limite com os municípios de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Saquarema, Itaboraí e Maricá; e está inserido na região hidrográfica da Baía de Guanabara. Elevado à categoria de município com denominação de Tanguá, pela Lei n.º 2.496, de 28/12/1995, desmembrado de Itaboraí.

Ficha Resumo de Caracterização – Município de Tanguá – Censo IBGE 2022	
Área do município	143,007 km²
N° de habitantes	31.086 pessoas (Censo IBGE 2022)
N° de habitantes (estimada)	32.858 pessoas (2024)
Densidade Demográfica	217,37 hab/km²
Situação Fundiária	Áreas Privadas / Públicas
Índice de Gini	0,42
IDH	0,654 [2010]
Distância do Centro	70 km (Capital – RJ)
Principais Acessos	BR 101
Relevo	Plano / Maciços
Cotas	De 20,00 a 30,00 metros
Hidrografia	RH-V - Bacia da Baía da Guanabara
Bacia Esgotamento Sanitário	RH-V - Bacias Baía da Guanabara
Cobertura Vegetal	Vegetação Esparsa

Bacias hidrográficas: Rios Mutondo e Imboaçu, Rios Guaxindiba/Alcântara, Rio Caceribu, Rio Guapi/Macacu, Rio Roncador - também denominado Rio Santo Aleixo, o Iriri, Rio Suruí e, ainda, áreas drenantes a nordeste, leste e sudeste, desde a bacia do Rio Suruí (inclusive), até o Sistema Lagunar de Itaipu-Piratininga[1].

1.3. Objetivos Gerais e Específicos

O Plano Municipal de Redução de Riscos tem como principal objetivo mitigar a ocorrência de desastres e apontar ações estratégicas de prevenção, que não ignorem os contextos sociais e naturais de cada município.

O conceito de “Risco de Desastre”, estabelecido pela UNDRR[2] (United Nations Office for Disaster Risk Reduction), principal órgão internacional voltado para gestão e redução de riscos, é “a potencial perda de vidas, ferimentos ou ativos destruídos ou danificados que podem ocorrer a um sistema, sociedade ou comunidade em um período de tempo específico, determinado probabilisticamente como uma função de risco, exposição, vulnerabilidade e capacidade”.

Levando em consideração a atual conjuntura ambiental do planeta e as mudanças climáticas projetadas para períodos futuros, foi instituído, em âmbito internacional, o Marco de Sendai (UNISDR, 2015) como principal documento norteador de princípios e estratégias para redução de riscos. Este documento prioriza a intersetorialidade e direciona o foco da redução de risco às pessoas, suas vulnerabilidades, situações de risco já existentes e possíveis, no intuito de integrar a sociedade e promover a aplicação de políticas e ações, de forma cooperativa.

[1] ATLAS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA V - Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá
[2] https://www.undrr.org/terminology/disaster-risk, acessado em 16 de abril de 2025.

Essa ação foi integrada ao Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e se caracteriza por articular diferentes frentes de atuação, como a capacitação técnica de equipes municipais na identificação, gestão e prevenção de riscos, além do suporte financeiro tanto para a formulação dos Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs) quanto para a execução de obras prioritárias, como contenção de encostas em áreas vulneráveis.

O PMRR se consolidou como uma das principais ferramentas voltadas à mitigação de desastres em nível local. Sua finalidade é mapear áreas de risco e propor intervenções estruturais (como obras de engenharia) e não estruturais para a redução da vulnerabilidade urbana. Diversos municípios elaboraram seus planos com o apoio de consultorias e instituições especializadas. Conforme levantamento do IBGE (2018), até o ano de 2017, 652 municípios brasileiros – representando cerca de 11,7% do total – já contavam com um PMRR, abrangendo riscos relacionados a inundações graduais, enxurradas e movimentos de massa. A partir de 2019, com a reestruturação administrativa do Governo Federal e a extinção do MCID, a responsabilidade sobre os PMRRs foi transferida para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR, 2022).

Neste sentido, o município de Tanguá identificou a necessidade de estabelecer diretrizes e ações para a redução de riscos e prevenção de desastres, mapeando áreas de risco e vulnerabilidade, com o objetivo de fortalecer a gestão municipal de riscos com participação social e promover integração entre secretarias e órgãos parceiros.

São três os objetivos gerais do PMRR:

1	Obter informações qualificadas, atualizadas e, principalmente, contextualizadas que refletem conhecimentos técnicos e sociais do município estudado;
2	Divulgar atividades e resultados obtidos a partir dos levantamentos, fomentando sua utilização no planejamento e gestão pública;
3	Sensibilizar atores-chave e a população em geral, em especial as pessoas em situação de risco, com foco na mobilização e engajamento social para o enfrentamento dos perigos.

Já especificamente, o Plano objetiva:

1	Planejamento de prevenção e mitigação de risco no município;
2	Desenvolvimento científico e formativo em universidades e institutos públicos de ensino e pesquisa;
3	Base científica para a revisão e fortalecimento de políticas públicas

1.4. Etapas do Plano

A execução do plano foi distribuída em quatro etapas, intituladas:

- **Etapa 1: Planejamento da Execução do PMRR.** Etapa de planejamento, composta pelos trâmites burocráticos iniciais, como: a definição da Equipe Técnica, Comitê; Gestor, publicação das nomeações em diário oficial, reuniões preliminares e elaboração do Relatório Inicial.

- **Etapa 2: Mapeamento do Risco, Oficinas Comunitárias e Oficina Técnica.** Iniciada com a reunião de levantamento das áreas de risco, também abarca a elaboração da ficha social (questionário), levantamento das bases de dados das áreas de risco, reuniões técnicas, oficinas comunitárias, visitas às áreas estratégicas e capacitação técnica sobre mapeamento e gestão de riscos.

- **Etapa 3: Ações Estruturais e Não Estruturais.** Nesta fase será apresentada a primeira versão do plano de intervenções, com a indicação das ações, estratégias de comunicação de risco, indicação de possíveis remoções, além da apresentação ao Comitê Gestor e construção da versão final do PMRR.

- **Etapa 4: Relatório Final das Atividades e Sumário Executivo.** A última etapa consiste na edição dos arquivos, avaliação de resultados e audiências públicas para aprovação do texto.

1.5. Equipe Técnica Executiva

Coordenador(a):	**Paulo César Teixeira de Miranda** - PMT, Coordenador do COMDEC;
Técnicos(as):	**Alan Coqueiro da Cruz** - Geógrafo, Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; **Maria Olinda de Souza Sampaio** - Arquiteta Urbanista, Mestre em Habitação: Planejamento e Tecnologia pelo Instituto Tecnológico do Estado de São Paulo; **Verônica Neves Furriel** - Assistente Social, Técnica em Recursos Humanos.
Apoio Executivo:	**Fernanda Lima Moutinho Gonçalves** – Advogada, Pós-Graduada em Gestão Pública pela Universidade Alphaville;

1.6. Comitê Gestor Municipal

Integrantes
Elielson Teixeira da Silva - PMT, Diretor do Departamento de Saneamento Básico;
Marlene Carvalho da Silva Pereira - PMT, Assessora Administrativa da Secretaria de Assistência Social;
Anderson Silva de Souza - PMT, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos;
Paulo César Teixeira de Miranda - PMT, Coordenador do COMDEC.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ATIVIDADES

2.1. Metodologia

O processo de trabalho estruturado para realização do PMRR pressupõe o envolvimento e a participação direta dos diferentes segmentos e atores sociais. Está previsto um conjunto de eventos relativos à forma de envolvimento da sociedade civil no processo de construção das quatro etapas do plano, tais como: oficinas de capacitação, audiências públicas, seminários e reuniões, que devem fomentar a mobilização para a participação de diferentes setores da sociedade civil, lideranças e representações de moradores de Tanguá, incluindo áreas urbanas e rurais.

A metodologia é o principal documento de orientação para a realização das atividades previstas e estabelece o conteúdo geral do PMRR, seus objetivos e diretrizes, a organização dos trabalhos e procedimentos necessários à elaboração do plano, assim como caracteriza as responsabilidades de cada grupo (coordenação e organização dos trabalhos).

A proposta metodológica visa garantir a participação da sociedade civil em todas as etapas do trabalho, juntamente com a equipe técnica da Prefeitura, que fará sua análise e comentários que serão incorporados ao texto final de cada relatório.

2.1.1. Etapa 1: Planejamento da Execução do PMRR

- **Levantamento Preliminar de Dados**

Serão coletados e analisados dados acerca da problemática de risco, tendo por finalidade a formulação de estratégias de ação e a definição das principais linhas programáticas (e de projetos) que passarão a ser orientadoras do PMRR local.

Esta etapa visa auxiliar na construção de bases para futura hierarquização das áreas de risco e futuras intervenções.

Durante o projeto serão realizadas reuniões com o grupo que será responsável pela condução institucional do projeto, bem como com as lideranças e representantes sociais. Além das reuniões, será realizado um encontro para capacitar a equipe de gestores municipais para condução da audiência pública que será realizada ao final do projeto.



Figura 1: Fluxograma da Etapa 1

Grupo de Trabalho

Para conduzir institucionalmente este projeto foi instituído um Comitê Gestor com a participação dos representantes das seguintes secretarias municipais: Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Envelhecimento Saudável e Habitação; Secretaria Municipal de Obras e Serviços e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins, além da Defesa Civil Municipal, pasta integrante na Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil.

Reuniões de Trabalho

Visando a maiores esclarecimentos, serão promovidas ainda nesta etapa, sem prejuízo das outras etapas, reuniões para discussão dos conteúdos essenciais para concepção da Proposta Metodológica. Essas reuniões devem contar com a presença da Contratada e da equipe da prefeitura envolvida com elaboração do Plano (GT), e podem contar com a participação de convidados de secretarias da prefeitura correlatas à questão habitacional (meio ambiente, patrimônio), além de lideranças e representantes da sociedade civil.

2.1.2. Etapa 2: Mapeamento de Risco, Oficinas Comunitárias e Oficina Técnica

Diagnóstico do Setor de Risco

Na segunda etapa do trabalho será elaborada a consolidação dos dados referentes ao ***Diagnóstico do Setor de Risco***, resultado das principais atividades realizadas durante o processo de trabalho e os anexos necessários à comprovação da realização dessas atividades.

O Diagnóstico do Setor de Risco consiste na coleta e análise de dados acerca da problemática habitacional, que tem por finalidade a formulação de estratégias de ação e a definição das principais linhas programáticas que passarão a ser orientadoras do PMRR local.

O diagnóstico deve, entre outras coisas: Ser entendido como um diagnóstico participativo; Integrar diversos conhecimentos e diferentes dimensões da vida social; Conter insumos técnicos que apoiem leituras participativas sobre a problemática de Tanguá; Propiciar o debate das questões centrais da temática de risco, junto aos diferentes atores sociais em todas as etapas do processo de elaboração do plano.
É realizado em duas fases: visitas a campo para conhecimento e mapeamento das áreas de interesse social, existentes e de formação recente, acompanhamento das lideranças locais e moradores que vão indicar os principais problemas existentes em sua região e estas informações serão inseridas na base de trabalho do município.

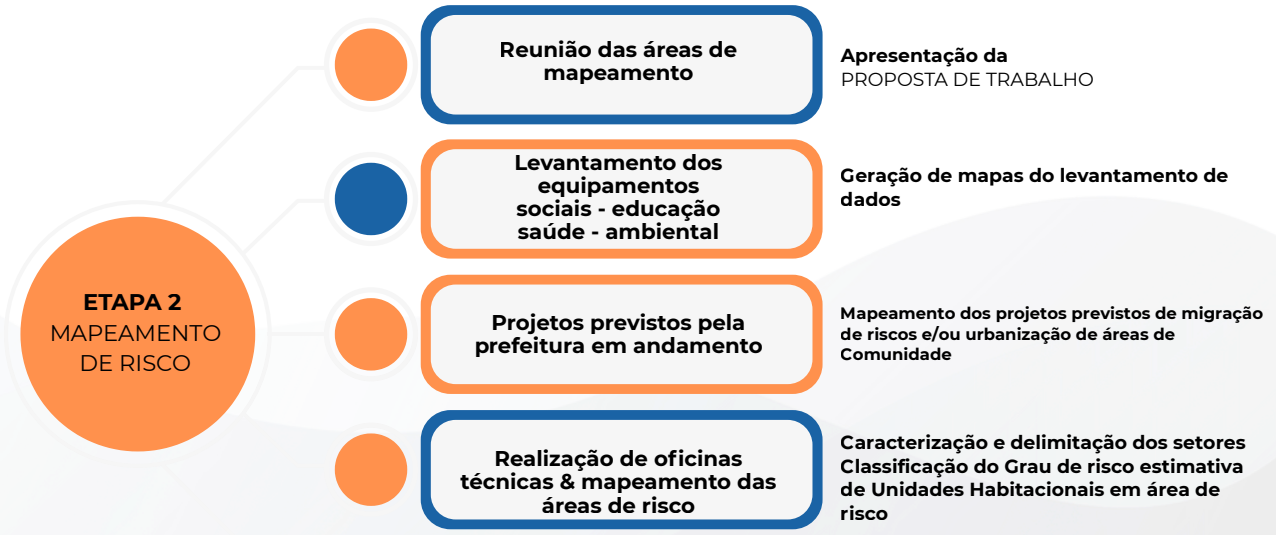


Figura 2: Fluxograma da Etapa 2

Organização, Mobilização e Participação Social

Serão realizadas oficinas comunitárias nas áreas estratégicas, organizadas pelo Comitê Gestor, objetivando a disseminação de informações essenciais e orientações técnicas acerca dos riscos identificados no diagnóstico municipal. Também serão organizadas capacitações técnicas com os gestores municipais, no sentido de nivelar o conhecimento, apresentar o problema e a metodologia que será adotada na condução do trabalho. Os eventos serão registrados por meio de atas das reuniões, fotos, registros de frequência e avaliação dos participantes.

Trabalho Técnico Social

O Trabalho Técnico Social é um conjunto de ações voltadas para a organização da comunidade, visando ampliar a participação e o conhecimento por todos das situações consideradas de risco. O foco deste trabalho será identificar e caracterizar socialmente os assentamentos localizados em áreas de risco, levantando as principais lideranças formais e informais, a renda média da comunidade, os equipamentos públicos disponibilizados na região, as organizações comunitárias existentes nas áreas pré-definidas e demais dados que possam auxiliar na construção do diagnóstico social.

Capacitação da Equipe da Prefeitura

Será feito um workshop de capacitação da equipe técnica com a participação de representantes do NUPDEC no sentido de nivelar o conhecimento, apresentar o problema e a metodologia que será adotada na condução do trabalho.
Este workshop está previsto para ser realizado no mês de junho de 2025.

2.1.3. Etapa 3: Ações Estruturais e Não Estruturais

Será elaborado relatório contendo a indicação das ações estruturais e não estruturais para cada um dos setores de risco alto e muito alto. A proposta de hierarquização para a implementação das intervenções estruturais, as planilhas de composição de custo geradas por setor, os materiais elaborados e propostos para a comunicação do risco, o registro da oficina técnica com o comitê gestor e o registro da reunião de apresentação do estudo pelas comunidades também serão elaborados nesta fase.

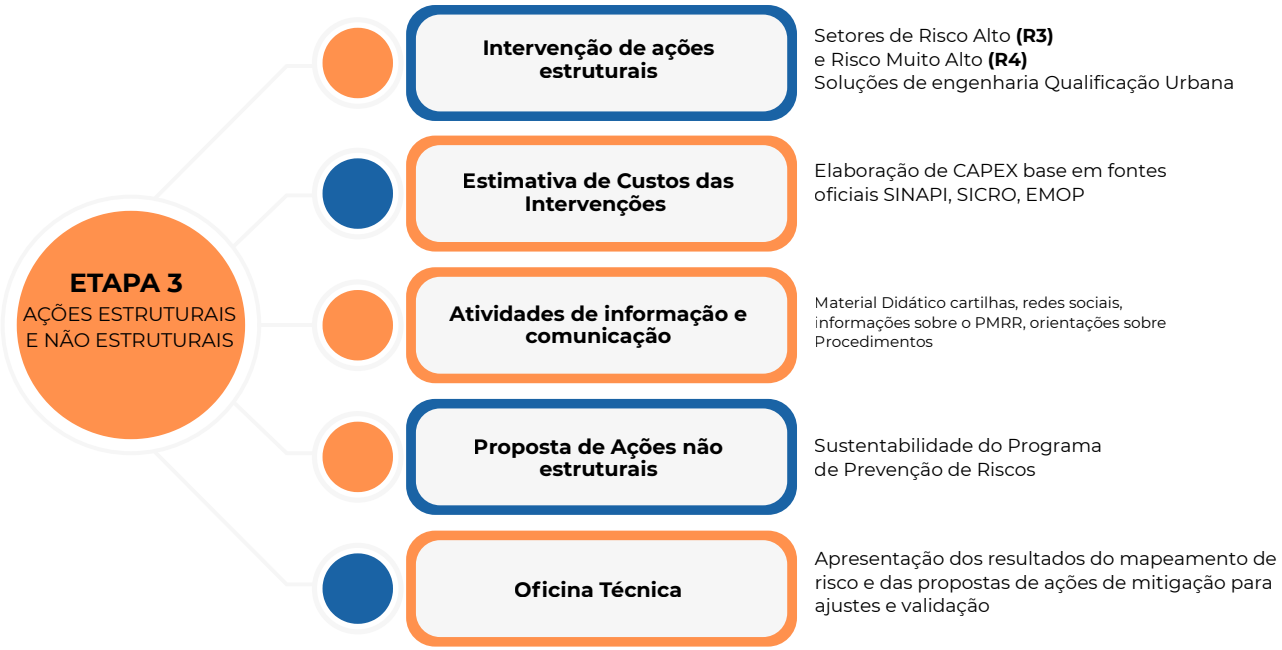


Figura 3: Fluxograma da Etapa 3

Ações Estruturais

As ações estruturais indicaram as intervenções necessárias para os setores de risco alto e muito alto. Ressalta-se a importância de se buscar a integração, sempre que possível, entre as soluções convencionais de engenharia com a proposição de soluções baseadas na natureza, priorizando as soluções de menor custo. Além disso, o atual cenário de mudanças climáticas nos impõe o desafio de buscarmos soluções estruturais que contribuam efetivamente com a qualificação urbana das áreas de risco e seu entorno em detrimento da geração de novos problemas após a execução de intervenções convencionais.

A estimativa de custos para as intervenções estruturais nos setores de risco serão elaboradas com base na tabela SINAPI ou outras de referência, sendo indicada no texto final a abordagem escolhida.

Também serão indicados o número de moradias (unidades habitacionais) e estimativa de famílias por setor de risco, com número estimado de realocações para a execução das intervenções estruturais propostas. Os critérios de hierarquização e definição da escala de prioridade para a implementação das intervenções estruturais será explicado no relatório.

Ações Não Estruturais

As ações não estruturais são um conjunto de medidas para a sustentabilidade do programa de prevenção e gestão de riscos, abrangendo elaboração de cartilhas ou outras formas de comunicação e informação do PMRR (de forma impressa e digital), com linguagem acessível para cada comunidade mapeada e orientações gerais sobre risco geológico ou hidrológico, para o enfrentamento dos períodos chuvosos. As informações geradas também poderão ser utilizadas para campanhas educativas veiculadas, por exemplo, nas redes sociais da Prefeitura e da Defesa Civil.

2.1.4. Etapa 4: Relatório Final das Atividades e Sumário Executivo

Etapa de elaboração do relatório final, contendo: Sumário Executivo do PMRR, registro das oficinas técnicas e comunitárias com o comitê gestor, registro da audiência pública, arquivos finais editáveis e não editáveis dos relatórios, mapas e materiais de comunicação de risco elaborados.



Figura 4: Fluxograma da Etapa 4

Comunicação Social e Divulgação

A divulgação de todo o processo do Plano Municipal de Redução de Riscos será feita através de meios físicos, como cartazes, folders elucidativos, outdoors colocados em principais vias, bem como através de meios digitais, como no site da prefeitura e nas páginas principais das redes sociais do município.

Audiência Pública

Será realizada atividade de Consulta Pública para a ratificação deste plano, tendo em vista a importância da participação social. Neste evento serão registradas as propostas, apresentadas respostas pela equipe técnica do Grupo de Trabalho, resultando na elaboração no formato de lei ou de decreto às proposições feitas e aprovadas pela administração municipal.

Esta etapa será conduzida por representantes da Prefeitura tanto das Secretarias Municipais envolvidas, quanto da Defesa Civil, com a assessoria da empresa de consultoria vencedora do contrato através da elaboração do material de apresentação com data show e distribuição de cópias sobre o tema apresentado.

Antes da realização da Audiência Pública, será elaborado pela consultoria um documento denominado Roteiro Preliminar da Audiência Pública. Este roteiro terá função de explicitar os objetivos específicos da referida consulta, no tocante ao escopo da discussão conceitual, compatível com a fase em andamento do processo de elaboração do Plano Municipal. Esses roteiros serão apresentados e discutidos com a equipe de acompanhamento.

Nele será apresentada a metodologia a ser adotada nos diferentes produtos aqui estabelecidos, desde as diversas etapas de elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos, indicando as principais fontes de pesquisas, bases cartográficas e levantamentos a serem realizados em campo, como as formas de consulta e de apresentação para o corpo técnico da Prefeitura e para a sociedade civil organizada.

As contribuições da sociedade civil organizada serão consolidadas no documento final.

Resumo Executivo

O documento final de consolidação dos dados do Plano Municipal de Redução de Risco expressa o planejamento ao longo de dez anos da política do município do segmento de interesse social. Expressa o entendimento do governo municipal, dos setores técnicos envolvidos na produção da minimização de riscos através de projeto habitacional e dos agentes sociais do plano de ação para enfrentar seus principais problemas relativos ao PMRR.

O documento terá o seguinte conteúdo mínimo:

1. Reavaliação de diretrizes e de objetivos de acordo com os resultados obtidos no diagnóstico;
2. Definição dos eixos de desenvolvimento dos programas que serão propostos, para enfrentar os problemas e questões habitacionais identificadas, assim como o detalhamento dos planos e ações específicas que as compõem. É fundamental a hierarquização segundo ordem de importância e urgência, de acordo com os critérios de definição de prioridades discutidos com a sociedade civil e que considerem a gravidade dos problemas e a vulnerabilidade da população.
3. Estimativa dos custos totais para atendimento das necessidades de obras e da demanda futura e programação no tempo de sua implantação. A previsão de gastos do município deve se limitar à sua capacidade de pagamento e endividamento.
4. Consideradas as possibilidades de ampliação da captação de recursos e de melhoria da sua gestão;
5. As metas, articuladas com recursos e fontes de financiamento. O PMRR deve prever os recursos disponíveis por ação e definir qual o volume de recursos a ser investido por cada ente federativo (União, Estado e Município) e o que será inteiramente ou parcialmente subsidiado;
6. Definição de indicadores de avaliação da implantação dos programas e projetos. Os indicadores podem se referir a atividades ocorridas e que deram resultado positivo.

Monitoramento

A prefeitura deve se organizar para viabilizar o pessoal técnico necessário ao monitoramento do PLHIS desde sua implantação, deve prever a implantação de sistema de informações com o objetivo de acompanhar os resultados da política habitacional, e gerir o processo de captação de recursos e gestão financeira dos programas e o cumprimento das metas definidas.

2.2. Atividades Previstas

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
Levantamento de dados	Equipe Técnica
Elaboração de Mapas de Risco	Equipe Técnica
Realização de oficinas	Comitê Gestor + Comunidade
Visitas às áreas de risco	Equipe Técnica
Capacitação técnica	Coordenação + Comitê Gestor
Estratégias de comunicação de risco	Equipe Técnica + Comitê Gestor
Oficina Técnica	Equipe Técnica + Comitê Gestor
Audiências Públicas	Comitê Gestor + Comunidade

3. CRONOGRAMA PRELIMINAR

ETAPA	PERÍODO	RESPONSÁVEIS
Etapa 1 – Planejamento da Execução do PMRR	04/2025 a 05/2025	Equipe Técnica
Etapa 2 – Mapeamento do Risco, Oficinas Comunitárias e Oficina Técnica	05/2025 a 06/2025	Equipe Técnica
Etapa 3 – Ações Estruturais e Não Estruturais	06/2025 a 07/2025	Equipe Técnica + Comitê Gestor
Etapa 4 – Relatório Final das Atividades e Sumário Executivo	08/2025	Equipe Técnica + Comitê Gestor

4. REGISTRO DAS REUNIÕES

4.1. Reuniões da Equipe Técnica Executiva

DATA	PARTICIPANTES	TEMAS DISCUTIDOS	ENCAMINHAMENTO
02/04/25	Coordenador + Assessoria	Levantamentos já realizados pela Defesa Civil municipal	Entrega dos documentos; Levantamento das necessidades; Agendamento das reuniões técnicas
11/04/25	Coordenador + Equipe Técnica	Apontamentos necessários para as áreas de trabalho; Organização das ações pretendidas; Elaboração da Matriz de Produtos x Responsabilidades;	Elaboração do questionário da assistência social; Elaboração de mapas de risco;
16/04/25	Coordenador + Equipe Técnica	Cruzamento dos dados levantados pelo geógrafo e Defesa Civil; Consolidação das áreas de risco; Validação do questionário social;	Entregas da base de dados, por área de risco; Elaboração de mapas de bairros não oficiais; Levantamento dos dados de munícipes em áreas de risco.
13/05/25	Equipe Técnica	Apresentação dos mapas elaborados; Definição da ordem de apresentação dos dados	Elaboração de apresentação para o Comitê Gestor; Elaboração da base de endereços em áreas de muito risco.
23/05/25	Coordenador + Equipe Técnica	Cruzamento de dados para definição dos endereços que receberão as visitas técnica e social; Agendamento das datas das visitas técnicas	Organização das informações a serem apresentadas nas oficinas comunitárias e técnica; Definição da próxima data de reunião para alinhamento das demandas.

4.2. Reuniões do Comitê Gestor Municipal

DATA	PARTICIPANTES	TEMAS DISCUTIDOS	ENCAMINHAMENTO
16/05/25	Comitê Gestor + Equipe Técnica	Apresentação dos levantamentos de risco e das necessidades para a próxima fase	Indicação das propostas de mitigação dos riscos
23/07/25	Comitê Gestor + Equipe Técnica	Apresentação das propostas de mitigação dos riscos	Levantamento dos custos das intervenções e priorização
06/08/25	Comitê Gestor + Equipe Técnica	Apresentação das tabelas de custos das intervenções e da metodologia de priorização	Elaboração dos documentos finais (digitais e físicos)

4.3. Oficinas Comunitárias

DATA	PARTICIPANTES	TEMAS DISCUTIDOS	BAIRRO
16/07/25	Coordenador + Assessoria	Procedimentos em situação de emergência; Comunicação de Risco	Ampliação
29/07/25	Coordenador + Assessoria	Procedimentos em situação de emergência; Comunicação de Risco	Centro
30/07/25	Coordenador + Assessoria	Procedimentos em situação de emergência; Comunicação de Risco	Posse dos Coutinhos
31/07/25	Coordenador + Assessoria	Procedimentos em situação de emergência; Comunicação de Risco	Bandeirantes

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Periferias, Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos Periferia sem risco: GUIA PARA PLANOS MUNICIPAIS DE REDUÇÃO DE RISCOS

SECRETARIA NACIONAL DE PERIFERIAS, DEPARTAMENTO DE MITIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE RISCOS ; [elaboração Daniela Buosi Rohlfs... [etal.]]. -- 1. ed. -- Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024.

ATLAS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA V Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá 1ª Edição – Março 2021

LEI Nº 10.257/01, DE 10 DE JULHO DE 2001 - Estatuto da Cidade.

LEI 12.608/12 - LEI DE PROTEÇÃO CIVIL - Instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC.

CARTAS DE RISCO A ESCORREGAMENTO EM ENCOSTAS NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES. DRM-RJ – Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro, Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES/CITIES ALLIANCE, PREVENÇÃO DE RISCOS DE DESLIZAMENTOS EM ENCOSTAS: GUIA PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS / Celso Santos Carvalho e Thiago Galvão, organizadores – Brasília: Ministério das Cidades; Cities Alliance, 2006 111 p.

BRASIL. MINISTERIO DAS CIDADES / Instituto de Pesquisas Tecnologicas – IPT Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios / Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e Agostinho Tadashi Ogura, organizadores – Brasilia: Ministerio das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnologicas – IPT, 2007 176 p.

LEGISLAÇÃO FEDERAL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br

PNUD & IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro, 2003.

BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 369 de 28 de março de 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br. Acesso em 29 de novembro de 2007.

ESTATUTO DA CIDADE – GUIA PARA IMPLEMENTAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS E CIDADES – Câmara dos Deputados - Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior / Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da presidência da República / Caixa Econômica Federal / Instituto Polis, Brasília, DF, 2001.

LEIS: LEI Nº 11.124/05, DE 16 DE JUNHO DE 2005 – Dispõe sobre o Sistema nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Sócia - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

POLÍTICA HABITACIONAL E A INTEGRAÇÃO URBANA DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: PARÂMETROS CONCEITUAIS, TÉCNICOS E METODOLÓGICOS – Secretaria Nacional de Habitação - Ministério das Cidades, Brasília, DF, 1ª reimpressão, 2007.